

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Relatório do auditor independente sobre a revisão das
informações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026

Ref.: Relatório nº 268B2-032-PB



Índice

	Página
Comentário de Desempenho	3
Declaração	23
Declaração – concordância auditores	24
Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras intermediárias	25
Informações financeiras intermediárias	27
Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2026	34

Comentário de Desempenho 2T26

Aos Acionistas

A administração da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Concessionária”, “Nova Rota”, “Companhia”) submete à apreciação o Comentário de Desempenho, acompanhado das Demonstrações Financeiras Intermediárias e do Relatório do Auditor Independente, relativos ao exercício findo em 30 de junho de 2026, com os temas considerados relevantes para divulgação junto à sociedade, parceiros, investidores e usuários da rodovia.

O Comentário de Desempenho apresenta uma análise da performance da Concessionária e seus destaques no período analisado, visando um melhor atendimento aos nossos usuários. Este documento é elaborado com base nas boas práticas de apresentação, assim como as determinações legais da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), considerando também as disposições estabelecidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal (“Manual de Contabilidade ANTT”).

1. Perfil da Companhia

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Concessionária”, “Nova Rota”, “Companhia”) foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com o propósito de explorar o lote da BR-163/MT, no trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km – sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com o Mato Grosso do Sul) e Sinop – passando por 19 (dezenove) municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A Concessionária tem o objetivo de executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação da BR-163 MT, por meio do Contrato de Concessão “Edital nº 003/2013, Parte VII”, assinado pela União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), e a Concessionária Rota do Oeste S.A. em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos, contados a partir de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato (“CONTRATO”).

O Termo de Ajustamento de Conduta na modalidade Plano de Ação (“TAC” ou “TAC Plano de Ação”), assinado em 4 de outubro de 2022 entre a Concessionária e a ANTT, viabilizou, em 05 de maio de 2023, a transferência da totalidade das ações da Companhia para a MT Participações e Projetos S.A. (“MTPAR”), sociedade de economia mista que tem como sócio majoritário o Governo do Estado de Mato Grosso, conforme regrado nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações avençado entre as partes.

A Nova Rota, até o trimestre findo em 30 de junho de 2026 (2T26), é controlada diretamente pela MTPAR, conforme organograma abaixo:



Os principais investimentos em ampliação de capacidade e melhorias na BR-163/MT serão realizados em até 8 (oito) anos e estão regrados conforme o TAC Plano de Ação, assinado em 04 de outubro de 2022.

A Administração da Concessionária mantém o compromisso com o Poder Concedente e os Usuários da Rodovia no fiel e tempestivo cumprimento de todas as suas obrigações abarcadas no Contrato de Concessão e no TAC Plano de Ação.

1.1. Destaques Operacionais e Financeiros

A Companhia anuncia suas Informações Trimestrais para a data de referência do 2T26. As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, comparado com o mesmo período de 2025.

- Crescimento de 2,6% de tráfego em VEP¹/dia no 2T26 em relação ao 2T25.
- EBITDA ajustado no 2T26 totalizou R\$ 138.772 mil, com margem EBITDA de 68,2%, variação positiva de 14,3% ante o 2T25.
- Os investimentos do 2T26 totalizaram R\$ 460.711 mil, aumento de 34,04% frente a 2T25.

1.2. Perspectivas

Desde a troca de controle acionário para a MTPAR e início da eficácia do TAC Plano de Ação, a Administração da Concessionária envidou esforços junto às principais partes estratégicas e interessadas na execução dos investimentos repactuados com o Poder Concedente.

¹ VEP –Veículos Equivalentes Pagantes em Eixos: é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes).

Até 30 de junho de 2026, a Concessionária possuía oito frentes concomitantes de duplicação da BR-163/MT e havia disponibilizado aos Usuários: (i) 259 km de pista nova (duplicação); (ii) 05 (cinco) pontes; (iii) 195 km de pista recuperada (pista antiga); (iv) 05 diamantes; (v) 1,91 de via marginal; (vi) 04 acessos; (vii) 02 adequações de parâmetros de pontes; (viii) 58 km de adequação do pavimento na multifaixa do segmento denominado 108 km como também nos perímetros urbanos dos municípios de Nova Mutum, Sorriso e de Sinop; (ix) 05 passarelas de pedestres; (x) 450 km de fibra óptica; (xi) 07 Bases definitivas do Sistema de Atendimento ao Usuário ("SAU"); (xii) 01 escritório da ANTT; (xiii) 260 novas câmeras de monitoramento – CFTV; (xiv) 45 unidades de equipamentos de detecção e sensoriamento de pista (SAT).

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Tráfego

O tráfego da BR-163/MT é totalmente influenciado pelo transporte de cargas e mercadorias da cadeia do agronegócio. Isso se deve à importância da região beneficiada pela rodovia, que é um polo produtor nacional de destaque de soja, milho e algodão, além da criação de gado. O Estado de Mato Grosso é um dos mais importantes centros de agricultura e pecuária do Brasil, sendo líder na produção de grãos no país.

Conforme o IMEA², as exportações de grãos em Mato Grosso cresceram 11,9% no acumulado de janeiro a junho/2026, impulsionadas pelo excelente desempenho do milho (+62,5%), seguido pelo algodão (+16,4%) e pela soja (+7,13%). Para o mês de junho/2026, as exportações registraram recuo de 10,6%, pressionadas pela queda nos embarques de soja, apesar das fortes altas do milho e algodão no período.

Abaixo segue o quadro do volume, em milhares, de veículos absolutos ("VAB") pedagiados no trecho concedido durante o segundo trimestre de 2026 e sua variação com o segundo trimestre de 2025, detalhado em Veículos Leves e Pesados.

VAB (em milhares)						
Categoria	2T26	2T25	Var. (%)	2026	2025	Var.(%)
Pesados	4.323	4.268	1,3%	8.402	7.905	6,3%
% Veículos Totais	57%	57%	(0,6) p.p.	56%	55%	0,6 p.p.
Leves	3.282	3.165	3,7%	6.640	6.401	3,7%
% Veículos Totais	43%	43%	0,6 p.p.	44%	45%	(0,6) p.p.
Total VAB	7.605	7.433	2,3%	15.043	14.306	5,1%
VAB/Dia (VDMA)	84	82	2,3%	83	79	5,1%

Tabela 1 - Veículos Absolutos 2T26 (Valores em milhares).

² Fonte: imea.com.br - Boletim Semanal Soja 06/07/2026 | n° 904 - Exportação de soja

No segundo trimestre de 2026, observou-se que o tráfego de Veículos Leves aumentou 3,7% em relação ao segundo trimestre de 2025, enquanto o tráfego de Veículos Pesados registrou um acréscimo de 1,3%, totalizando um aumento geral em Veículos Absolutos de 2,3% em comparação ao mesmo período do ano passado.

Devido à predominância do tráfego de Veículos Pesados, a conversão para o Tráfego Equivalentes em Eixos Pagantes (“VEP”), que representam 90% do total no segundo trimestre de 2026, o aumento total do Tráfego em VEP foi superior ao crescimento da categoria de Veículos Pesados, conforme demonstrado na tabela abaixo.

VEP (em milhares)						
Categoria	2T26	2T25	Var. (%)	2026	2025	Var.(%)
Pesados	28.079	27.412	2,4%	54.160	49.509	9,4%
% Veículos Totais	90%	90%	(0,1) p.p.	89%	89%	0,5 p.p.
Leves	3.250	3.131	3,8%	6.579	6.337	3,8%
% Veículos Totais	10%	10%	0,1 p.p.	11%	11%	(0,5) p.p.
Total VEP	31.329	30.543	2,6%	60.740	55.846	8,8%
VEP/Dia (VDMAEq)	344	336	2,6%	336	309	8,8%

Tabela 2 - Veículos Equivalentes em Eixos Pagantes 2T26 (Valores em milhares).

Em conclusão, quando observado o fluxo de veículos em VEP, há um acréscimo de 2,6% no fluxo total de Tráfego no 2T26 comparado ao 2T25. Conforme explicado anteriormente, isso se deve à proporção do VEP, que apresenta uma distribuição de 90% do total em eixos de veículos pesados.

2.2. Receitas

Descrição	2T26	2T25	Var. (%)	2026	2025	Var.%
Receitas de Pedágio	219.873	192.941	14,0%	426.723	353.029	20,9%
Receitas Acessórias e Outras	1.947	1.704	14,3%	3.811	3.463	10,0%
Receita de Construção (ICPC 01)	460.711	343.693	34,0%	819.016	629.781	30,0%
Receita Bruta (com ICPC 01)	682.531	538.338	26,8%	1.249.550	986.273	26,7%
Tributos	(18.327)	(15.998)	14,6%	(35.558)	(29.294)	21,4%
Outras deduções	(10)	(20)	(50,0%)	(13)	(42)	(68,6%)
Receita Líquida (com ICPC 01)	664.194	522.320	27,2%	1.213.979	956.937	26,9%
Receita Líquida (sem ICPC 01)	203.483	178.627	13,9%	394.963	327.156	20,7%

Tabela 3 - Receitas 2T26 (Valores em milhares de reais).

No segundo trimestre de 2026, a Receita de Pedágio apresentou um aumento de 14% em relação ao mesmo período de 2025, motivado principalmente pelo aumento de tráfego destacado no quadro do tópico 2.1.

A conta de Receitas Acessórias registrou um aumento de 14,3% em relação ao 2T25. A Receita de Construção, reconhecida conforme ICPC 01 (R1), representa o registro contábil das obras realizadas pela Companhia. No 2T26, houve um aumento de 34% sobre o segundo trimestre de 2025, devido ao avanço nas obras de duplicação e melhorias na rodovia. Maiores detalhes quanto às frentes de serviço da Concessionária se encontram no tópico 2.7 Investimentos.

2.3. Custos e Despesa

Descrição	2T26	2T25	Var. (%)	2026	2025	Var. %
Custos dos serviços	(48.930)	(41.006)	19,3%	(95.584)	(86.416)	10,6%
Custos de obra de infraestrutura (ICPC 01)	(460.711)	(343.693)	34,0%	(819.016)	(629.781)	30,0%
Depreciação e Amortização	(42.146)	(37.534)	12,3%	(78.784)	(72.001)	9,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(17.133)	(15.469)	10,8%	(34.161)	(28.811)	18,6%
Provisão para Conserva Especial (ICPC 01)	(20.779)	(13.689)	51,8%	(40.420)	(26.071)	55,0%
Total Custos e Despesas (com ICPC 01)	(589.699)	(451.391)	30,6%	(1.067.965)	(843.080)	26,7%
Total Custos e Despesas (sem ICPC 01)	(108.209)	(94.009)	15,1%	(208.529)	(187.228)	11,4%
Resultado Operacional (sem ICPC 01)	95.274	84.618	12,6%	186.434	139.928	33,2%
Margem Operacional³	46,8%	47,4%	(1,2%)	47,2%	42,8%	10,4%

Tabela 4 - Custos e Despesas 2T26 (Valores em milhares de reais).

O Custo dos Serviços apresentou um aumento de 19,3% no 2T26 comparado ao 2T25, reflexo, principalmente, do aumento na rubrica de Custos e Conservação da Rodovia e APH.

O Custo de obra de infraestrutura, reconhecido como Custo de Construção conforme ICPC 01 (R1) apresentou aumento de 34% no 2T26 em relação ao 2T25, vide explicação no tópico 2.2. Receitas e detalhamento no tópico 2.7 Investimentos.

As Despesas Gerais e Administrativas cresceram 10,8% em comparação a 2025, reflexo principalmente, do aumento na rubrica de Salários e Encargos devido ao aumento de integrantes e aumento com despesas Judiciais.

³ Margem Operacional é calculada sobre a Receita Líquida sem a Receita de Construção (ICPC 01).

2.4. EBITDA Ajustado

Descrição	2T26	2T25	Var. (%)	2026	2025	Var.(%)
Receita Líquida (sem ICPC 01)	203.483	178.629	13,9%	394.963	327.161	20,7%
(-) Custos dos serviços	(48.930)	(41.012)	19,3%	(95.584)	(86.405)	10,6%
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(17.133)	(15.467)	10,8%	(34.161)	(28.814)	18,6%
(+) Provisões	1.352	(739)	282,7%	1.778	(1.284)	(238,5%)
EBITDA	138.772	121.411	14,3%	266.996	210.658	26,8%
Margem EBITDA⁴	68,2%	68,0%	0,3%	67,6%	64,4%	5,0%

Tabela 5 - EBITDA Ajustado 2T26 (Valores em milhares de reais).

O EBITDA Ajustado no segundo trimestre de 2026 foi de R\$ 138.772 mil, representando um aumento de 14,3% ante o indicador do 2T25. A margem EBITDA, calculada sobre a Receita Líquida Operacional, em 2026 foi de 68,2% contra 68% em 2025, apresentando um aumento de 0,2 ponto percentual.

A variação positiva do primeiro trimestre de 2026 ante 2025 é explicada, principalmente, pelo aumento da Receita Líquida (sem ICPC 01), conforme explicado no tópico.

2.5. Resultado Financeiro

Descrição	2T26	2T25	Var. (%)	2026	2025	Var.(%)
Receitas de Aplicações Financeiras	35.396	42.971	(17,6%)	78.394	55.579	41,0%
Descontos obtidos	3.343	2.060	62,3%	7.464	3.344	123,2%
Outras Receitas Financeiras	282	268	5,2%	4.414	477	825,4%
Despesas Financeiras	(64.511)	(26.266)	145,6%	(123.272)	(47.835)	157,7%
Resultado Financeiro Líquido	(25.490)	19.033	(233,9%)	(33.000)	11.565	(385,3%)

Tabela 6 - Resultado Financeiro 2T26 (Valores em milhares de reais).

As receitas provenientes de aplicações financeiras em 2026 apresentaram uma redução de R\$ 7.575 mil, o que representa uma queda de 17,6% em comparação ao mesmo período de 2025. O aumento das despesas financeiras decorre, principalmente, dos desembolsos dos financiamentos ocorridos no 4T25. Neste item são registradas as despesas de juros e indexação do Financiamento de Longo Prazo da Concessionária. Mais detalhes sobre os Passivos Financeiros na Nota Explicativa específica desse tema.

⁴ Margem EBITDA é calculada sobre a Receita Líquida sem a Receita de Construção (ICPC 01).

2.6. Endividamento

Descrição	30/06/2026	30/06/2025	Var. (%)
Dívida Bruta	3.431.594	1.641.328	109,1%
Arrendamento mercantil operacional	48.726	9.182	430,7%
Custos de Transação	(76.464)	(74.943)	2,0%
Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(1.132.019)	(761.799)	48,6%
Dívida Líquida	2.271.837	813.768	179,2%

Tabela 7 - Endividamento 2T26 (Valores em milhares de reais).

Ao final do segundo trimestre de 2026, o endividamento líquido da Companhia apresentou um aumento de 179,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 2.271.837 mil. Esse resultado decorre do desembolso dos subcréditos A e B do contrato de financiamento junto ao BNDES, bem como da 2ª e 3ª séries da 2ª emissão de debêntures da Concessionária, realizadas no último trimestre de 2025, além do consumo de caixa em função dos investimentos nas obras de duplicação e melhorias na rodovia.

2.7. Investimentos

A Receita de Construção acumulada até o segundo trimestre de 2026 atingiu R\$ 819.016 mil, conforme apurado nos termos da ICPC 01 - R1, tendo seus recursos destinados principalmente a:

Principais Obras, por Trecho da Rodovia	
Trecho Norte - km 507 Ao km 855	Status em 30/06/2026
Duplicação Posto Gil a Nova Mutum	Em andamento
Duplicação Nova Mutum a Lucas do Rio Verde	Em andamento
Duplicação Lucas do Rio Verde a Sorriso	Em andamento
Duplicação Sorriso a Sinop	Em andamento
Duplicação Sinop ao km 855	Em andamento
Diamante 17 (Diamantino) - km 543,90	Concluído
Diamante 18 (Nova Mutum) - km 593,30	Concluído
Diamante 19 (Nova Mutum) - km 599,20	Concluído
Retorno em Desnível 03 (Nova Mutum) - km 602,20	Em andamento
Diamante 13 (Nova Mutum) - km 606,55	Em andamento
Diamante 20 (Lucas do Rio Verde) - km 644,00	Em andamento
Diamante 21 (Lucas do Rio Verde) - km 659,96	Em andamento
Diamante 23 (Sorriso) – km 713,7 0	Em andamento
Diamante 16 (Sorriso) – km 746,50	Em andamento
Diamante 24 (Sorriso) - km 758,34	Concluído
Diamante 15 (Sorriso) - km 782,94	Em andamento

Principais Obras, por Trecho da Rodovia

Diamante 26 (Sinop) - km 814,04	Concluído
Diamante 27 (Sinop) - km 831,50	Em andamento
Diamante 28 (Sinop) – km 833,30	Em andamento
Diamante 29 (Sinop) - km 838,80	Em andamento
Diamante 10 (Sinop) – km 844,00	Em andamento
Diamante 30 (Sinop) – km 854,213	Em andamento
Acesso 07 (Nova Mutum) – km 588,70	Concluído
Acesso 04 (Lucas do Rio Verde) – km 646,04	Concluído
Acesso 09 (Sorriso) – km 773,64	Concluído
Marginal 03 (Nova Mutum) – km 592,63 ao km 593,63	Concluído
Marginal 03 e 04 (Nova Mutum) – km 601,2 ao km 602,245	Em andamento
Marginal 20 (Sinop) – km 820,08 ao km 821,44	Em andamento
OAE Rio Teles Pires – km 736,5	Em andamento
OAE Rio Celeste – km 785,90	Concluído
OAE Rio Nandico – km 797,33	Concluído
OAE Rio Caiabi – km 802,32	Concluído
Fibra Óptica - km 592 ao km 640	Concluído
Passarela 01 (Lucas do Rio Verde) – km 688	Concluído
Passarela 02 (Nova Mutum) – km 595,62	Concluído
Passarela 04 (Sorriso) – km 752	Concluído
Passarela 08 (Sinop) – km 840	Concluído
Passarela 07 (Sinop) – km 828	Em Andamento
Passarela 10 (Sinop) – km 836	Em Andamento
Passarela 11 (Sinop) – km 838	Em Andamento
Escritório da ANTT (Sinop) – km 834,9	Concluído
Adequação de Parâmetros 60 Meses: Perímetro Urbano de Nova Mutum	Concluído
Adequação de Parâmetros 60 Meses: Perímetro Urbano de Sorriso	Concluído
Adequação de Parâmetros 60 Meses: Perímetro Urbano de Sinop	Concluído
Fibra Óptica - km 690 ao km 855	Concluído
Trecho Centro - km 261,9 Ao 320,9 km 321,3 Ao km 507	Status em 30/06/2026
Duplicação Rodovia dos Imigrantes – Trecho Cuiabá	Em andamento
Duplicação Rodovia dos Imigrantes – Trecho Várzea Grande	Em andamento
Duplicação Trecho 108 km – Várzea Grande a Rosário Oeste	Em andamento
Diamante 11 (Cuiabá) - km 322,9	Em andamento
Trevo 02 (Cuiabá) - km 329,1	Em andamento

Principais Obras, por Trecho da Rodovia

Trevo 03 (Várzea Grande) – km 339,1	Em andamento
OAE sobre o Rio Cuiabá – 3370,18	Concluído
Marginal 01 (Cuiabá) - km 324,84 ao 326,92	Em andamento
Acesso 03 (Várzea Grande): km 338,7	Concluído
Área de Escape (Santo Antônio de Leverger): 269,7	Em andamento
Fibra Óptica - km 460 ao km 577,7	Concluído
Fibra Óptica - km 398 ao 460	Concluído
Fibra Óptica - km 120 ao 302	Concluído
Construção da base definitiva SAU 08 – km 357,8	Concluído
Trecho 174 km - Lote 06 Recuperação do Pavimento e Demais Disciplinas	Em andamento
Adequação de Parâmetros 60 Meses – Trecho 108 km 353,5 ao km 358,42 (BR-364)	Concluído
Construção da base definitiva SAU 09 – km 450,5	Concluído
Construção da base definitiva SAU 10 – km 451,2	Concluído
Construção da base definitiva SAU 11 – km 496,7	Concluído

Trecho Sul - km 0 Ao km 261,9
Status em 30/06/2026

Trecho 174 km - Lote 01 Recuperação do Pavimento e Demais Disciplinas	Em andamento
Adequação de Parâmetros - OAE Rio Sozinho: km 24,43	Em andamento
Adequação de Parâmetros - OAE Rio Itiquira: km 29,98	Em andamento
Adequação de Parâmetros - OAE Rio Cachoeira: km 44,46	Em andamento
Adequação de Parâmetros - OAE Rio Ponte de Pedra: km 55,822	Em andamento
Adequação de Parâmetros - OAE Rio Ponte Anhumas: km 74,703	Em andamento
Recuperação Estrutural – OAE Rio São Lourenço	Em andamento
Fibra Óptica - km 0 ao 120	Concluído
Adequação de Parâmetros 60 Meses – Trecho Sul: km 0 ao 130	Concluído
Reparos Profundos: Trecho DNIT entre Jaciara e Rondonópolis	Concluído

3. Informações da Companhia

3.1. Gestão de Pessoas

A Companhia possui uma cultura humanista, focada nas pessoas, e atua com base em conceitos como meritocracia, transparência e resultados. A base para a integração de pessoas dentro da empresa é feita sob a confiança nos integrantes e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. Seus pilares são a orientação para resultados, a descentralização da gestão por meio da delegação planejada, e a educação pelo e para o trabalho.

No âmbito estratégico, sua finalidade é direcionar os esforços para geração de resultados e reforçar nossa cultura.

A Nova Rota terminou o segundo trimestre de 2026 com um efetivo de 979 integrantes diretos (não incluindo estagiários e aprendizes).

3.2. Atendimento ao Usuário

A Nova Rota presta serviços de atendimento ao usuário, com a disponibilização de 18 bases operacionais, serviço de atendimento médico com 13 ambulâncias de resgate e 5 UTIs com médico, 19 viaturas de inspeção, 18 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 8 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa) e 5 veículos para apreensão de animais.

Toda essa estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, assim como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), que registrou 13.043 ligações pelo canal no 2T26, redução de 2,6% em relação ao 2T25, que registrou 13.396 ligações. Adicionalmente, foram registradas 21.802 consultas via WhatsApp, além do Centro de Controle de Operações (“CCO”), que monitora a rodovia 24 horas por dia.

Durante o período de abril a junho de 2026, o CCO registrou 31.244 ocorrências, um aumento de 1% em relação ao mesmo período de 2025, destacando-se:

- ✚ **16.906** acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guinchos e combate a incêndio, redução de 3,8% em relação ao mesmo período de 2025;
- ✚ **5.259** acionamentos para remoção de veículos, redução de 2,7% em relação ao mesmo período de 2025;
- ✚ **2.243** acionamentos para as ambulâncias, um aumento de 1,0% em relação ao mesmo período de 2025.

A Concessionária atendeu, desde a implantação dos serviços operacionais, **1.324.649** ocorrências e sinistros.

3.3. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital aberto, registrada na categoria “B” perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral de sua então controladora, a OTP Rodovias S.A.

A estrutura de governança corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais: o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e seus respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos, a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração, demonstrações contábeis e contas da diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do plano de negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia. Deve ser composta de, no mínimo, dois e, no máximo, quatro diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Dentre eles, a função de Diretor Presidente e de Relações com Investidores é obrigatória, enquanto os demais, em número de até três, não possuem designação específica. Estes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

A Companhia implantou, em 2014, um sistema de conformidade e, desde então vem aprimorando-o com o objetivo de estabelecer regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente (“Sistema de Conformidade”). Esse sistema de conformidade inclui: (i) reporte do Responsável de Conformidade ao Conselho de Administração; ii) Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; iii) programa contínuo de capacitação e comunicação aos integrantes; iv) processo de análise reputacional de terceiros e o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao código de conduta do fornecedor e à cláusula anticorrupção; v) avaliação de riscos; vi) auditorias de processos; e vii) disponibilização de um canal de Linha de Ética gerenciado por empresa especializada e independente para recebimento de eventuais relatos sobre Desvios de Condutas.

Em 02 de maio de 2023, em atendimento a um dos itens do TAC Plano de Ação, indicado anteriormente neste relatório, foi concluída a transferência da totalidade das ações para a MT Participações e Projetos S.A. (“MTPAR”). Com a troca do controle acionário da Companhia, a Política de Conformidade e o Código de Ética e Conduta da Companhia foram submetidos à deliberação do Conselho de Administração, sendo integralmente ratificados pela nova gestão.

4. Responsabilidade Social

4.1. Desempenho Social

No segundo trimestre de 2026, a Nova Rota gerou ingressos de recursos diretos aos cofres de 19 municípios lindeiros, no valor de R\$ 10.523 mil, a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio. Soma-se a esse montante R\$ 8.905 mil, a título de ISSQN sobre serviços de terceiros. A geração de ISS aos municípios possibilita um reforço no investimento em educação, saúde, infraestrutura, entre outras áreas, de acordo com a avaliação e a necessidade da administração.

4.2. Programas realizados no primeiro trimestre de 2026.

4.2.1. 2ª Edição do Projeto Condutores do Amanhã

Em abril de 2026, a Nova Rota do Oeste iniciou a segunda edição do projeto Condutores do Amanhã nas escolas, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Nesta edição, a iniciativa alcança 41 escolas públicas em 15 municípios, com aproximadamente 5 mil estudantes participantes. O projeto reforça o compromisso da Companhia com a promoção da segurança viária por meio da educação e da formação cidadã. Estruturado como um programa de formação continuada, o projeto integra a grade curricular do Ensino Médio por meio dos Itinerários Formativos de Língua Portuguesa, Física e Geografia, promovendo uma abordagem interdisciplinar sobre segurança viária, comportamento seguro e responsabilidade no trânsito. Ao estimular a conscientização para alunos do ensino médio, a iniciativa contribui para a formação de futuros condutores mais responsáveis e para o fortalecimento da cultura de preservação da vida.

Durante o segundo trimestre, foram distribuídas apostilas aos professores e estudantes e desenvolvidos os módulos “Boas-vindas e Integração”, “Introdução à Segurança Viária” e “Inteligência Emocional”, abordando temas como fatores de risco, tomada de decisão, autocontrole e comportamento no trânsito. O projeto conta ainda com assessoramento pedagógico on-line quinzenal, fortalecendo o acompanhamento das atividades e a atuação integrada com as Diretorias Regionais de Educação. Ao ampliar o acesso à educação para o trânsito e fortalecer a parceria com instituições públicas de ensino, o Condutores do Amanhã gera valor social para as comunidades atendidas, fortalece o relacionamento institucional da Nova Rota do Oeste com seus parceiros estratégicos e reafirma o compromisso da organização com a segurança viária.



Figura 1 -Entrega de apostilas nas escolas e desenvolvimento das atividades em sala de aula.

4.2.2. Parada Legal

Nos dias 20 e 21 de maio de 2026, a Nova Rota do Oeste realizou mais uma edição do Parada Legal, no Posto Rodobras, em Nova Mutum (MT) um grande mutirão de saúde e bem-estar, reunindo uma ampla rede de parceiros para promover saúde, bem-estar e segurança viária aos caminhoneiros que utilizam a BR-163. Integrada às ações do movimento Maio Amarelo, a iniciativa reforçou a importância do cuidado com a saúde dos profissionais responsáveis pelo transporte de cargas, público estratégico para a segurança e a fluidez da rodovia.

Ao longo dos dois dias de ação, 393 caminhoneiros foram atendidos e tiveram acesso gratuito a mais de 20 serviços, entre eles aferição de pressão arterial, testes rápidos de ISTs, medição de glicemia, cálculo do IMC, vacinação, testes rápidos, avaliação da visão, orientação nutricional, apoio emocional, cuidados com a saúde bucal, além de serviços de bem-estar, como corte de cabelo, barba, manicure e massagem. Ao promover o cuidado integral com a saúde física e emocional dos motoristas, o Parada Legal contribui para a prevenção de fatores de risco associados à fadiga, ao estresse e às condições clínicas que podem comprometer a condução segura. A iniciativa reforça o compromisso da concessionária com a valorização dos usuários da BR-163, a promoção da segurança viária e o fortalecimento de ações preventivas que geram benefícios para os profissionais do transporte, para a operação da rodovia e para a sociedade.



Figura 2 - Evento Parada Legal

4.2.3. Festival Estudantil Temático de Trânsito (FETRAN)

No segundo trimestre de 2026, o Festival Estudantil Temático de Trânsito (FETRAN), iniciativa promovida pela Polícia Rodoviária Federal, deu continuidade às suas atividades por meio da realização de etapas regionais que mobilizaram estudantes, educadores e comunidades em diferentes municípios de Mato Grosso. O projeto utiliza o teatro e as artes cênicas como instrumentos de educação para o trânsito, incentivando a reflexão sobre cidadania, respeito às leis de trânsito, preservação da vida e prevenção de sinistros. Entre os dias 25 e 29 de maio, foi realizada a Etapa Guaporé, no município de Pontes e Lacerda, reunindo escolas municipais, estaduais, projetos culturais e instituições de ensino de diversos municípios da região, como Comodoro, Nova Lacerda e Sapezal.

Durante cinco dias de programação, foram apresentados espetáculos nas categorias Infantil, Infantojuvenil, Juvenil e Educação Especial, culminando na cerimônia de premiação das produções de destaque. Ao todo, foram realizadas mais de 25 apresentações teatrais, abordando, de forma lúdica e educativa, temas relacionados à segurança viária, comportamento seguro e responsabilidade no trânsito. Na sequência, entre os dias 15 e 18 de junho, ocorreu a Etapa Araguaia, no município de Primavera do Leste, reunindo grupos de teatro escolares e projetos culturais da região. A programação contemplou cerimônia de abertura, apresentações distribuídas nos períodos matutino, vespertino e noturno e encerramento com cerimônia de premiação. Durante a etapa foram realizados aproximadamente 30 espetáculos, envolvendo crianças, adolescentes e jovens em atividades que utilizaram a linguagem teatral para promover a conscientização sobre segurança no trânsito, cidadania e valorização da vida.

Ao longo dessas etapas, o FETRAN manteve sua proposta de fortalecer a educação para o trânsito por meio da cultura, incentivando o protagonismo estudantil, a participação das comunidades escolares e a disseminação de comportamentos seguros entre crianças, adolescentes e suas famílias. As apresentações integraram uma programação estadual que prevê a realização de aproximadamente 150 espetáculos, com expectativa de alcançar cerca de 20 mil pessoas em todas as etapas do festival.

Por meio do patrocínio ao projeto, a Nova Rota do Oeste reafirmou seu compromisso com a promoção da segurança viária e com o fortalecimento de iniciativas de educação e conscientização de amplo alcance social. Ao apoiar ações que incentivam a reflexão sobre comportamentos seguros no trânsito desde a infância, a concessionária contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, fortalece o relacionamento com as comunidades de sua área de atuação e amplia o alcance de iniciativas voltadas à construção de uma cultura permanente de prevenção e valorização da vida.



Figura 3 - Apresentação do Fetran

4.2.4. Ações de Segurança Viária

As ações da área de Segurança Viária desenvolvidas pela Nova Rota do Oeste entre os meses de abril a junho de 2026 reforçaram o compromisso da concessionária com a preservação da vida, a promoção da segurança viária e a conscientização dos usuários que trafegam pela BR-163/364. Durante o período, foram realizadas diversas edições dos projetos Pare Pela Vida e Rota em Ação, alcançando motoristas profissionais, estudantes e demais usuários da rodovia em pontos estratégicos como Serra de São Vicente, Rondonópolis, Campo Verde, Santo Antônio de Leverger, Vera e Cuiabá.

O programa Pare Pela Vida, desenvolvido em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), concentrou esforços na orientação humanizada aos caminhoneiros e na fiscalização preventiva dos sistemas de freios e pneus dos veículos de carga. Além das inspeções técnicas, a iniciativa promoveu diálogos educativos sobre manutenção preventiva e direção segura, contribuindo para reduzir os riscos de acidentes, especialmente nos trechos de maior incidência de ocorrências, como a Serra de São Vicente. Além disso, o programa tornou-se uma das principais iniciativas de segurança viária da concessionária, sendo reconhecido nacionalmente por seus resultados.

Paralelamente, o projeto Rota em Ação promoveu palestras e atividades educativas voltadas para motoristas, estudantes e empresas transportadoras, disseminando conhecimentos sobre direção defensiva, legislação de trânsito, comportamento seguro e responsabilidade compartilhada na construção de um trânsito mais seguro.

Essas ações fortalecem a cultura da prevenção e estimulam mudanças de comportamento capazes de reduzir sinistros a médio e longo prazo. Somadas, as atividades registradas entre abril, maio e junho de 2026 impactaram diretamente 3.388 pessoas por meio de orientações presenciais, palestras, campanhas educativas e abordagens. As ações contribuíram para disseminar boas práticas de segurança viária, fortalecer a cultura da prevenção de sinistros e aproximar a Nova Rota do Oeste dos usuários da rodovia e das comunidades lindeiras.



Figura 4 – Pare pela Vida e Rota em Ação

4.3. Destaques Gerais de Sustentabilidade

No segundo trimestre de 2026, a Nova Rota do Oeste deu continuidade às iniciativas voltadas ao fortalecimento da agenda de sustentabilidade, promovendo ações de conscientização, aprimoramento da gestão ambiental e desenvolvimento de projetos estratégicos alinhados às diretrizes ESG.

Em abril, teve início a elaboração do Relatório de Sustentabilidade 2025, projeto desenvolvido de forma integrada entre diversas áreas da concessionária. O relatório reúne indicadores da Global Reporting Initiative (GRI), referência internacional para reporte de sustentabilidade, e do Sustainability Accounting Standards Board (SASB), voltado à divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, além de indicadores próprios da concessionária. O documento tem como objetivo apresentar os resultados alcançados, a evolução em relação ao período anterior e os compromissos assumidos para os próximos ciclos, fortalecendo a transparência e a prestação de contas aos públicos de interesse.

Em junho, foi concluído o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) referente ao ano-base de 2025, representando um importante avanço na gestão climática da concessionária. Após a consolidação dos dados, o inventário foi submetido à verificação externa independente, recebendo uma declaração de verificação positiva, que atesta a conformidade metodológica e a confiabilidade das informações reportadas. Como próximos passos, estão previstas a publicação do inventário no Registro Público de Emissões e a compensação integral das emissões identificadas, reforçando o compromisso da empresa com a transparência e a redução dos impactos ambientais.

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho, foram realizadas ações de conscientização voltadas aos integrantes. A programação contou com um quiz interativo sobre mudanças climáticas, estimulando o conhecimento sobre os desafios ambientais e seus reflexos na operação da concessionária. Também foi promovida uma palestra em parceria com a Associação Lunaar, organização que atua na proteção e no bem-estar animal por meio de ações de resgate, acolhimento, conscientização e incentivo à adoção responsável. A atividade abordou a guarda responsável de animais domésticos, a importância do voluntariado e práticas relacionadas à proteção animal e à reciclagem.

Finalizando o trimestre, a concessionária coordenou o 12º Simulado de Atendimento a Sinistro com Produtos Perigosos (Figura 5), atividade integrante da programação do 2º Congresso Nacional de Emergência e Segurança Viária (Conesv). O exercício reuniu equipes da Nova Rota do Oeste, órgãos públicos e instituições parceiras para simular uma ocorrência envolvendo o transporte de produtos perigosos, permitindo avaliar protocolos de atendimento, comunicação, integração entre as equipes e capacidade de resposta às emergências.



Figura 5 - 12º Simulado de Atendimento a Sinistro com Produtos Perigosos.

Além de fortalecer a preparação operacional e a integração entre os órgãos envolvidos, o simulado contemplou aspectos relacionados à proteção ambiental, uma vez que ocorrências com produtos perigosos exigem ações rápidas para reduzir potenciais impactos ao solo, aos recursos hídricos e ao entorno da rodovia. Dessa forma, a iniciativa contribui para o aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos de resposta a emergências, reforçando o compromisso da concessionária com a segurança viária, a proteção da vida e a gestão responsável dos riscos ambientais.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162/22, as informações financeiras da Nova Rota foram auditadas pela Grant Thornton. Durante o período auditado, esta empresa não prestou outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A política da Companhia para a contratação de serviços de auditoria externa assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

6. Agradecimentos

A administração da Concessionária registra seu agradecimento aos seus integrantes, ao seu Controlador, aos usuários da rodovia, ao Governo Federal, através da ANTT, ao Governo do Estado de Mato Grosso e à Polícia Rodoviária Federal que, em conjunto, se empenham para possibilitar a realização deste empreendimento.

Conselho de Administração

Marcelo de Oliveira e Silva	Presidente do Conselho
Guilherme Rehder Quintella	Membro do Conselho
Luiz Carlos Moreira Lima	Membro do Conselho
Rafael Vitale Rodrigues	Membro do Conselho
Lucas Luis Costa Beber	Membro do Conselho

Diretoria Executiva

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Wilson Ferreira Medeiros	Diretor sem designação específica

Contador responsável

Gerente de Controladoria	Ademir Carbonez CRC 1SP168398/O-7 SP
--------------------------	---

A ADMINISTRAÇÃO



DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto artigo 27 da Instrução CVM nº 080, de 29 de março de 2022 declara que revisou, discutiu e concorda com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026.

Cuiabá, 13 de agosto de 2026.

Firmado por:

Luciano Uchoa Carneiro Da Cunha

A9E543DE9EB5438...

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores



DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto artigo 27 da Instrução CVM nº 080, de 29 de março de 2022 declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, relativamente às Informações Contábeis Intermediárias da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026.

Cuiabá, 13 de agosto de 2026.

Firmado por:



A9E543DE9EB5438

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos administradores e acionistas da
Concessionária Rota do Oeste S.A.
Cuiabá – MT

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional “IAS 34– *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410– Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade ISRE 2410– *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

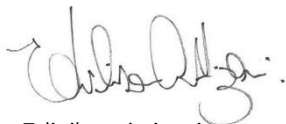
Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações financeiras trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balanços patrimoniais

em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.132.019	1.368.616
Contas a receber	10	54.460	43.283
Tributos a recuperar	-	35.194	18.396
Despesas antecipadas	11	8.405	6.494
Outros ativos	-	6.813	9.297
Total ativo circulante		1.236.891	1.446.086
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	9	81.465	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	61.389	43.846
Despesas antecipadas	11	4.050	4.488
Depósitos judiciais	22	3.507	3.358
Tributos a recuperar	-	3.394	3.278
Imobilizado	14	8.034	8.596
Intangível	15	5.030.349	3.743.838
Ativo de contrato	16	1.162.814	1.688.324
Total ativo não circulante		6.355.002	5.495.728
Total do ativo		7.591.893	6.941.814

As notas explicativas da Administração são parte das informações financeiras intermediárias.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balanços patrimoniais

em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante			
Fornecedores	17	180.422	143.549
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	7.464	6.770
Arrendamento mercantil operacional	19	12.613	9.537
Salários e encargos sociais	20	23.529	26.135
Tributos a pagar	-	16.217	17.063
Outros passivos	21	2.390	1.950
Total passivo circulante		242.635	205.004
Passivo não circulante			
Fornecedores	17	7.578	14.975
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	3.347.666	3.255.697
Arrendamento mercantil operacional	19	36.113	25.588
Provisão para contingências	22	11.243	9.465
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	79.278	52.836
Provisão de conserva especial	23	117.923	72.491
Tributos a pagar	-	476	880
Outros passivos	21	-	24
Total passivo não circulante		3.600.277	3.431.956
Total do passivo		3.842.912	3.636.960
Patrimônio líquido			
Capital social		2.731.811	2.381.811
Reserva de incentivo fiscal		194.498	194.498
Reserva de lucros		822.672	728.545
Total patrimônio líquido	24	3.748.981	3.304.854
Total do passivo e patrimônio líquido		7.591.893	6.941.814

As notas explicativas da Administração são parte das informações financeiras intermediárias.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados
para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

		Período de 1o de abril a 30 de junho de 2026	Período de 1o de janeiro a 30 de junho de 2026	Período de 1o de abril a 30 de junho de 2025	Período de 1o de janeiro a 30 de junho de 2025
	Notas				
Receita líquida	25	664.194	1.213.979	522.320	956.937
Custo dos serviços	26	(572.112)	(1.032.919)	(435.559)	(813.538)
Lucro bruto		92.082	181.060	86.761	143.399
Gerais e administrativas	27	(17.587)	(35.046)	(15.832)	(29.542)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	357	2.014	2.366	2.733
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		74.852	148.028	73.295	116.590
Receitas financeiras	29	39.021	90.272	45.299	59.400
Despesas financeiras	29	(64.511)	(123.272)	(26.266)	(47.835)
Resultado financeiro, líquido		(25.490)	(33.000)	19.033	11.565
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		49.362	115.028	92.328	128.155
Imposto de renda e contribuição social correntes	30	(1.122)	(12.002)	(17.821)	(23.510)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(9.120)	(8.899)	1.244	1.400
Lucro líquido do período		39.120	94.127	75.751	106.045
Lucro básico por lote de mil ações no fim do período - R\$	31	16,94	39,52	38,31	53,63

As notas explicativas da Administração são parte das informações financeiras intermediárias.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Período de 1o de abril a 30 de junho de 2026	Período de 1o de janeiro a 30 de junho de 2026	Período de 1o de abril a 30 de junho de 2025	Período de 1o de janeiro a 30 de junho de 2025
Lucro líquido do período	39.120	94.127	75.751	106.045
Resultado abrangente do exercício	39.120	94.127	75.751	106.045

As notas explicativas da Administração são parte das informações financeiras intermediárias.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Lucros acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento	Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos	Reserva de incentivo fiscal			
Saldos em 1o de janeiro de 2025	2.031.811	30.953	391.699	112.697	148.037	-	-	2.715.197
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	106.045	106.045	106.045
Aumento de Capital Social (nota explicativa no 23)	350.000	-	-	-	-	-	-	350.000
Saldos em 30 de junho de 2025	2.381.811	30.953	391.699	112.697	148.037	106.045	106.045	3.171.242
Saldos em 1o de janeiro de 2026	2.381.811	42.936	527.609	158.000	194.498	-	-	3.304.854
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	94.127	94.127	94.127
Aumento de Capital Social (nota explicativa no 23)	350.000	-	-	-	-	-	-	350.000
Saldos em 30 de junho de 2026	2.731.811	42.936	527.609	158.000	194.498	94.127	94.127	3.748.981

As notas explicativas da Administração são parte das informações financeiras intermediárias.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	115.028	128.155
Ajustes		
Depreciação e amortização	78.784	72.001
Perda na baixa do Imobilizado e Intangível	184	410
Provisão para conserva especial	40.420	17.490
Provisão para contingência	1.778	(1.284)
Ajuste a valor presente	5.012	1.130
Juros e variações monetárias, líquidas	178.176	53.144
	419.382	271.046
Variações dos ativos e passivos		
Contas a receber	(11.177)	(19.656)
Tributos a recuperar	(16.914)	(5.100)
Despesas antecipadas	(1.473)	1.841
Outros ativos	2.484	(1.053)
Depósitos judiciais	(149)	(1.394)
Fornecedores	15.841	15.218
Salários e encargos sociais	(2.606)	1.657
Tributos a pagar	(2.999)	(1.750)
Outros passivos	416	(1.498)
Caixa gerado nas operações	402.805	259.311
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.253)	(16.503)
Juros pagos no financiamento	(83.794)	(22.704)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	308.758	220.104
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(80.611)	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(387)	(302)
Adições ao intangível	(814.357)	(629.867)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(895.355)	(630.169)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures		
Custos de captação a amortizar	-	(19.960)
Aumento de capital social	350.000	350.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	350.000	330.040
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(236.597)	(80.025)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.368.616	841.824
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.132.019	761.799
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(236.597)	(80.025)

As notas explicativas da Administração são parte das informações financeiras intermediárias.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstrações do valor adicionado
para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Receita de serviços	430.534	356.492
Receita de construção ICPC 01-R1	819.016	629.781
	1.249.550	986.273
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(72.654)	(54.673)
Custo de construção ICPC 01-R1	(819.016)	(629.781)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(48.246)	(40.071)
Valor adicionado bruto	309.634	261.748
Depreciação e amortização	(78.784)	(72.001)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	230.850	189.747
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	90.272	59.400
Outros	2.014	2.733
Valor adicionado total a distribuir	323.136	251.880
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	41.286	39.663
Remuneração direta	34.854	33.347
Benefícios	4.595	4.643
FGTS	1.837	1.673
Impostos, taxas e contribuições	67.646	60.117
Federais	46.536	42.726
Estaduais	524	494
Municipais	20.586	16.897
Remuneração de capitais de terceiros	120.077	46.055
Juros	119.045	45.056
Aluguéis	982	958
Outras	50	41
Remuneração de capitais próprios	94.127	106.045
Lucro líquido do período	94.127	106.045
Valor adicionado distribuído	323.136	251.880

As notas explicativas da Administração são parte das informações financeiras intermediárias.

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “Nova Rota”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital aberto. Foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015. É responsável pela exploração do sistema rodoviário composto por 861,10 km de concessão da BR-163/MT, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, abrangendo 19 (dezenove) municípios no estado do Mato Grosso.

O Contrato de Concessão firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), tem como objeto a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.

A Concessão da BR-163/MT se destaca como componente logístico na produção agrícola da região e, portanto, são previstos investimentos em duplicação e demais melhorias, visando a fluidez na trafegabilidade da rodovia, a segurança e o conforto dos usuários.

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de Companhia Aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiras.

A Companhia é controlada diretamente pela MT Participações e Projetos S.A. (“MTPAR”), que detém 100% das ações representativas do capital social.

1.1. Retomada dos investimentos contratuais

A Companhia era controlada pela OTP Rodovias S.A até 02 de maio de 2023, quando, em atendimento as condicionantes do Termo de Ajustamento de Conduta – “TAC Plano de Ação” celebrado entre a Nova Rota e a ANTT, concluiu a transferência do controle acionário para MT Participações e Projetos S.A (“MTPAR”), sociedade de economia mista vinculada ao Governo do Estado do Mato Grosso e motivado pelo interesse público que permeia a principal rodovia em seu território, (i) concluiu os aportes dos valores para a retomada imediata dos investimentos em obras na rodovia, (ii) promoveu a reestruturação econômico-financeira por meio da integralização no capital social da Companhia dos mútuos em aberto com o acionista anterior, e por fim, (iii) reprogramou as metas das obras de duplicação e melhorias em até 08 anos, a partir da eficácia do TAC.

O investimento total a ser realizado abarca 336 km de duplicação, 34 OAEs (pontes, trevos, viadutos entre outros), passarelas e recuperação estrutural de 100% das pistas existentes entre a divisa de Mato Grosso do Sul ao município de Sinop/MT, além da aquisição de infraestrutura tecnológica de segurança viária, tais quais: 450 unidades de câmeras de circuito fechado de TV, 850 km de fibra óptica, sistema de sensoramento de pista e postos de pesagem veicular distribuídos ao longo da Concessão.

A Companhia, sob administração da MT Participações e Projetos S/A (“MTPAR”), envidou seus melhores esforços para a retomada imediata dos investimentos na Rodovia BR-163/MT, como as obras de adequação de parâmetros nos trechos norte (km 507+000 ao km 855+000) e centro (km 321+300 ao km 453+600), intensificação dos serviços de manutenção do sistema rodoviário, e em 14 de julho de 2023 deu início às obras de duplicação entre os segmentos de Posto Gil a Nova Mutum (km 507+100 ao km 592+900).

Com vistas a promover a reprogramação do Cronograma de Execução do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC Plano de Ação, mediante a alteração do Anexo B, cujas metas serão utilizadas para fins de acompanhamento e fiscalização pela ANTT, na forma da Cláusula Quinta, em 07 de março de 2024, foi celebrado entre a Nova Rota e a ANTT, o Primeiro Termo Aditivo ao TAC Plano de Ação. A ANTT se manifestou favorável à reprogramação pretendida pela Companhia, pois as motivações expostas demonstraram ser conveniente, oportuna, vantajosa e de interesse público.

Importante ressaltar que a Companhia superou a meta de duplicação estabelecida no 1º ano do TAC (meta 8 km), e reforça o compromisso quanto ao cumprimento dos prazos e eficiência na gestão das obras de duplicação.

Em atendimento à cláusula 4.4 do TAC, foi celebrado entre a ANTT e a Companhia em 03 de maio de 2024, o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para inclusão da Metodologia de Compartilhamento de Demanda – Risco Ferrovia (Anexo 11) e alteração das cláusulas contratuais pertinentes à ampliação do prazo da Concessão e estabelecimento da alocação de riscos relativos a eventuais impactos decorrentes da operação de novas ferrovias concorrentes com a BR-163/MT.

Em 30 de setembro de 2024 foi celebrado o Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para alteração de escopo do item 3.4.43 – Combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio e do modelo de veículo previsto no Apêndice F do PER.

Em 07 de outubro de 2024, foi celebrado o Décimo Termo Aditivo que tem por objetivo padronizar as datas de reajuste da tarifa de pedágio, com a definição do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão.

Em vistas ao atendimento da Cláusula Segunda, item vi. do TAC, que define a assunção dos segmentos sob responsabilidade do DNIT, em 11 de outubro de 2024, foi celebrado o 2º Termo de Arrolamento e Transferência de Bens entre a ANTT, DNIT e a Companhia, com a assunção do trecho Serra da Caixa Furada, compreendido entre o km 470+200 ao km 516+000 da BR-163/MT, com 45,8 km de extensão.

Em 04 de dezembro de 2024, foi celebrado o Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que tem por objetivo padronizar a metodologia de aplicação do Fator D e A, conforme proposto pela ANTT.

Em 12 de dezembro de 2024, foi celebrado o Décimo Segundo Termo Aditivo com a alteração de localização das Passarelas ID-01, ID-02, ID-04, ID-08 referente ao item 3.2.1.2 do PER.

Em 06 de janeiro de 2025, foi celebrado o Décimo Terceiro Termo Aditivo com a alteração de localização das obras de melhorias referente a 03 (três) seguimentos da Concessão Rodoviária, do km 507 ao km 601 BR-163/MT - Posto Gil a Nova Mutum, do km 601 ao km 681 BR-163/MT - Nova Mutum a Lucas do Rio Verde e do km 812 ao km 855 BR-163/MT - Trecho Sinop.

Em 05 de março de 2025, foi celebrado o Segundo Termo Aditivo ao TAC, que tem por objetivo padronizar a metodologia de aplicação do Fator D e A, conforme proposto pela ANTT.

Em 05 de março de 2025, foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ao TAC, que tem por objetivo revisão do Cronograma de Execução do TAC Plano de Ação, possibilitando o atendimento das obrigações por metas. As alterações promovidas por este termo aditivo não impactam o equilíbrio econômico-financeiro originalmente estabelecido no TAC - Plano de Ação ao Contrato do Edital de Concessão nº 003/2013.

Em 12 de março de 2025, foi celebrado o Décimo Quinto Termo Aditivo para a inclusão da obrigação de implantação, manutenção e operacionalização dos 41 (quarenta e um) equipamentos controladores de velocidade (radares/redutores) anteriormente sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT, bem como a inclusão de 4 (quatro) novos equipamentos, totalizando 45 (quarenta e cinco) equipamentos, cujo valores terão seus efeitos econômico-financeiros a partir da data-base da Revisão Ordinária subsequente. Dessa forma, considerando a obrigação inicial estabelecida no PER de implantação de 12 equipamentos, com a inclusão dos novos equipamentos totaliza-se um montante de 57 equipamentos previstos no Apêndice F do PER.

Em 17 de abril de 2025, foi celebrado o Décimo Quarto Termo Aditivo para alteração da Tarifa Básica de Pedágio (TBP) fixada originalmente no Contrato da Concessão, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente da perda de receita pela isenção dos eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circularem vazios. Deste modo o risco pelas perdas decorrentes da isenção de eixos suspensos, de que trata o art. 17 da Lei nº 13.103/201, não será mais objeto de reequilíbrio nas Revisões Ordinárias subsequentes da TBP, em virtude do aumento da TBP do contrato de concessão de R\$0,02638/km para R\$0,2908/km, representando um acréscimo de 10,24%.

Em 10 de julho de 2025, foi celebrado o Décimo Sexto Termo Aditivo ao Contrato referente ao Edital nº 003/2013, alterando os Parâmetros Operacionais do Programa de Exploração da Rodovia (PER), anexo ao Contrato do Edital de Concessão nº 003/2013 a fim de adotar aos Parâmetros Operacionais de 5ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais (PROCROFE).

Em 11 de julho de 2025, foi celebrado o Décimo Sétimo Termo Aditivo ao Contrato referente ao Edital nº 003/2013, visando disponibilizar serviços de conectividade 4G ao longo do sistema rodoviário da BR-163/MT, implantar Área de Escape na Serra de São Vicente, km 349+500 da BR-364/MT e Implantação de pista dupla na BR-163/MT, segmento entre o km 353+500 ao km 461+700, denominado Trecho 108 km, entre os municípios de Várzea Grande/MT e Rosário do Oeste/MT.

Em 15 de agosto de 2025, foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao TAC, que tem por objetivo corrigir os percentuais fixados para aplicação do Fator D na 10ª Revisão Ordinária, relativa ao Ano 11 de concessão do Contrato do Edital de Concessão nº 003/2013, em razão da reprogramação do Cronograma de Execução - Anexo B, voltada à execução de 8 passarelas.

Em atendimento à Cláusula Segunda, item vi. do TAC, que define a assunção dos segmentos sob responsabilidade do DNIT, em 25 de agosto de 2025, houve a celebração do 3º Termo de Arrolamento e Transferência de Bens entre a ANTT, DNIT e a Nova Rota, transferindo à Companhia o segmento denominado Trecho 174 km, que se estende do km 130,2 ao km 325,8 da BR-163/MT, incluindo as variantes da Serra de São Vicente, totalizando 195,6 km de extensão, conforme inventário de bens fornecido pelo DNIT. Assim, com a assunção promovida pelo aditamento, o trecho concedido da BR-163/MT passa a ter a extensão total de 861,10 km.

Em 24 de setembro de 2025, foi publicada a Decisão SUROD nº 1.114, de 16/09/2025 que aprovou a 10ª Revisão Ordinária e o Reajuste da TBP, com efeito econômico-financeiro a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 21/09/2025, bem como a implementação dos efeitos econômico-financeiros decorrentes da 11ª e 12ª Revisões Extraordinárias da Tarifa Básica de Pedágio (TBP). Com base no Art. 5º da referida Decisão, a 10ª Revisão Ordinária entrou em vigência nas praças de pedágio a partir da zero hora do dia 27/09/2025.

Em 14 de novembro de 2025, foi celebrado o Décimo Oitavo Termo Aditivo ao Contrato referente ao Edital nº 003/2013, alterando os Parâmetros de Pavimento do Programa de Exploração da Rodovia (PER), anexo ao Contrato do Edital de Concessão nº 003/2013 nos termos da Instrução Normativa nº 34 de 14 de novembro de 2024, de forma a garantir a conformidade com as condições mínimas de qualidade, segurança e durabilidade definidas pela ANTT.

Em 23 de janeiro de 2026, foi celebrado o Vigésimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Edital nº 003/2013, que tem por objeto incluir nova obrigação contratual relativa à contratação de Verificador Independente, bem como à previsão de verba específica destinada à execução dos serviços de verificação. O Verificador Independente consiste em agente técnico especializado e imparcial, responsável por aferir o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Concessionária, no que se refere aos parâmetros de desempenho, níveis de serviço e execução de investimentos, subsidiando o Poder Concedente, na fiscalização e na aplicação de mecanismos de regulação e reequilíbrio econômico-financeiro.

Em 09 de março de 2026, foi celebrado o Vigésimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato referente ao Edital nº 003/2013, que tem por objeto a inclusão no Programa de Exploração da Rodovia (PER), o escopo de Demolição de Edificações Inservíveis localizadas na faixa de domínio, face à ausência de previsão expressa sobre a destinação ou remoção dessas edificações no escopo contratual. O aditivo estabelece critérios e procedimentos para a realização de demolições mediante a apresentação de justificativa técnica e prévia anuência da ANTT. As estruturas elegíveis incluem ativos desativados, obsoletos ou sem função operacional, como antigas praças de pedágio, unidades operacionais e edificações administrativas fora de uso.

1.2. Passivo Regulatório – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A Companhia possuía autos de infração lavrados pela ANTT nos quais a Agência alegava o descumprimento de determinadas obrigações previstas no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo. Atualmente, em razão da eficácia do TAC, o passivo regulatório da Nova Rota está suspenso e será extinto quando do cumprimento integral das obrigações previstas no ajuste, conforme cláusula terceira do referido instrumento.

Em decorrência da celebração do TAC, a Nova Rota renunciou às pretensões formuladas na arbitragem, e em 12 de junho de 2023, tornou-se pública pela Câmara de Comércio Internacional (“CCI”) - *International Court of Arbitration*, a Sentença Arbitral Homologatória, extinguindo, com resolução de mérito, o Procedimento Arbitral nº CCI 23960/GSS/PFF.

Em relação aos processos administrativos em trâmite no TCU, conforme regrado na Cláusula 3.1 “vi” do TAC, em 31 de maio de 2023, os Ministros da Corte acordaram em autorizar a ANTT a suspender os efeitos tarifários decorrentes das determinações proferidas no âmbito dos processos TC nº 032.830/2016-5 (Acórdão nº 1100/2023) e nº 023.217/2015-4 (Acórdão nº 1111/2023) e extinguir os efeitos tarifários das determinações supracitadas no caso de cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta.

1.3. Governança e Compliance

A Companhia mantém o padrão de conformidade que abrange todos os pilares de um eficaz programa de conformidade, além do compromisso de constante reavaliação das ferramentas e controles, de modo a identificar falhas e promover a melhoria contínua dos procedimentos internos.

2. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as práticas contábeis e notas explicativas neste ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações contábeis anuais. A Companhia declara que as principais práticas contábeis, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas adotadas na apresentação e elaboração, são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Resumo das políticas contábeis materiais

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação às aquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 13 de agosto de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras intermediárias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os saldos de empréstimos e financiamentos reconhecidos pela Companhia estão substancialmente relacionados ao atendimento das condições precedentes previstas contratualmente para as liberações de recursos no âmbito do Contrato de Financiamento junto ao BNDES ("FINEM BNDES").

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Notas	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Saldos em 30 de junho de 2026							
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	17	188.000	188.000	180.422	-	363	7.215
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	3.355.130	3.355.130	7.464	-	-	3.347.666
Total		3.543.130	3.535.666	187.886	-	363	3.354.881
Saldos em 31 de dezembro de 2025							
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	17	158.524	158.524	143.549	1.532	174	13.269
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	3.262.467	3.262.467	6.770	-	-	3.255.697
Total		3.420.991	3.414.221	150.319	1.532	174	3.268.966

- Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, fornecedores e outros passivos.
- As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração.
- A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

A Companhia celebrou em 2024 os Instrumentos de reestruturação do endividamento existente e do Financiamento de Longo Prazo, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 18. Além de determinar as principais condições jurídicas e operacionais dos passivos financeiros da Companhia, os contratos determinam também a remuneração financeira dos saldos devedores.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros de longo prazo da Companhia podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação dos indexadores de correção, quais sejam, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e a Taxa Referencial, principais exposições de risco de mercado da Companhia.

Em atendimento à Resolução CVM nº 121/2022, que aprovou a consolidação do CPC 40 [R1] - Instrumentos Financeiros, e a Revisão nº 02/2012 do Manual de Contabilidade da ANTT, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Abaixo estão detalhados os indexadores e seus cenários de sensibilidade.

Indicador (taxas ao ano)	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Sensibilidade (média 2026-31)	Base	+10%	+20%
IPCA	3,85%	4,23%	4,61%
TR	1,23%	1,36%	1,48%

Para os dois cenários adversos dos indexadores de mercado, foram consideradas uma alta de 10% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 20% como cenário adverso extremo (cenário III).

Na tabela a seguir estão detalhadas as variações nas despesas financeiras resultantes das variações nos indexadores dos contratos de financiamento dos cenários acima.

Instrumentos	Vencimento	Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
1ª Emissão Debêntures	jan/44	Alta da TR	21.320	23.383	25.449
2ª Emissão Debêntures	dez/43	Alta do IPCA	260.929	271.492	282.099
FINEM BNDES	dez/43	Alta do IPCA	22.774	23.585	24.398

As operações dos instrumentos de financiamento de longo prazo são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria e deliberadas pelo Acionista.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, tendo sido estruturada com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente as premissas utilizadas e estimativas nos cálculos de gestão do risco de liquidez, no entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à natureza projetiva da análise e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o período findo em 30 de junho de 2026.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar esse risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições graduadas em agências de rating de crédito como empresas de excelente crédito.

5. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil operacional, de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	3.355.130	3.262.467
Arrendamento mercantil operacional	19	48.726	35.125
Caixa e equivalentes de caixa	8	(1.132.019)	(1.368.616)
Aplicações financeiras	9	(81.465)	-
Dívida líquida		2.190.372	1.928.976
Total do patrimônio líquido	24	3.748.981	3.304.854
Total do capital próprio e de terceiros		5.939.353	5.233.830
Índice de alavancagem financeira - %		37%	37%

6. Instrumentos financeiros por categoria

		Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
		30/06/2026	31/12/2025
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.132.019	1.368.616
Contas a receber	10	54.460	43.283
Total ativo circulante		1.186.479	1.411.899
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	9	81.465	-
Total ativo não circulante		81.465	-
Total		1.267.944	1.411.899
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Passivo circulante			
Fornecedores	17	180.422	143.549
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	7.464	6.770
Arrendamento mercantil operacional	19	12.613	9.537
Outros passivos	21	2.390	1.950
Total passivo circulante		202.889	161.806
Passivo não circulante			
Fornecedores	17	7.578	14.975
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	3.347.666	3.255.697
Arrendamento mercantil operacional	19	36.113	25.588
Outros passivos	21	-	24
Total passivo não circulante		3.391.357	3.296.284
Total		3.594.246	3.458.090

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou que não estão performados podem ser avaliadas mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou as informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30/06/2026	31/12/2025
Contas a receber		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	53.789	42.806
Receitas acessórias	671	477
Total de contas a receber	54.460	43.283
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contrapartes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	1.187.272	1.301.785
Total de aplicações financeiras	1.187.272	1.301.785
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	4	4
Numerários em trânsito	511	551
Fundo de troco	474	502
Bancos conta movimento	8.245	62.558
Aplicações financeiras	16.978	3.216
Total de caixa e equivalentes de caixa	26.212	66.831
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.213.484	1.368.616

8. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa geral	4	4
Numerários em trânsito	511	551
Fundo de troco	474	502
Bancos conta movimento	8.245	62.558
Aplicações financeiras (i) (ii)	1.122.785	1.305.001
Total	1.132.019	1.368.616

(i) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário (CDBs), operações compromissadas e fundos de investimento com liquidez diária, mantidos em instituições financeiras de primeira linha. As aplicações são classificadas como de baixo risco, não apresentam risco de crédito relevante, possuem liquidez imediata e não estão sujeitas a restrições ou vinculadas a garantias. São remuneradas à taxa de mercado com base na variação percentual dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Em 30 de junho de 2026, o percentual de remuneração das aplicações financeiras varia entre 95% e 108% do CDI.

(ii) A Companhia mantém recursos de aplicação financeira no curto prazo para cumprir o cronograma de obras de infraestrutura.

9. Aplicações financeiras

Em 30 de junho de 2026, a companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 81.465, remuneradas à taxa de 98,25% do Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário (CDBs), operações compromissadas e fundos de investimento com liquidez diária, mantidos junto à instituição financeira responsável pela administração das contas vinculadas ao contrato de emissão das debêntures. As aplicações são classificadas como de baixo risco e não apresentam risco de crédito relevante, possuindo liquidez imediata para resgate. Entretanto, esses recursos encontram-se vinculadas às obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão das Debêntures, razão pela qual são apresentados no ativo não circulante. As aplicações são remuneradas a taxas de mercado, com base na variação percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10. Contas a receber

	30/06/2026	31/12/2025
Automatic Vehicle Identification ("AVI")	52.502	41.664
Receitas acessórias	671	477
Meios eletrônicos de arrecadação	1.287	-
Vale pedágio (i)	-	1.142
Total	54.460	43.283

(i) Em atendimento às disposições da Resolução ANTT nº 6.024/2023 e ao Ofício Circular nº 5230/2024/GERET/SUROC/DIR-ANTT, a Companhia descontinuou, a comercialização do modelo de Vale-Pedágio Obrigatório anteriormente adotado, em conformidade com as novas diretrizes regulatórias estabelecidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A Administração concluiu que a descontinuidade dessa atividade não gerou impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e manual.

Em 30 de junho de 2026, a Administração, com base em sua avaliação de risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas. Considerando que o contas a receber é referente à cobrança de pedágio, com pagamento aprovado na origem e com prazos de recebimentos já definidos.

11. Despesas antecipadas

	30/06/2026	31/12/2025
Seguros a apropriar (i)	11.140	9.752
Vale alimentação	1.315	1.230
Total	12.455	10.982
Ativo circulante	8.405	6.494
Ativo não circulante	4.050	4.488

(i) Com a eficácia do TAC e a retomada das obras, foi realizada a contratação de seguro garantia de concessões públicas com vigência de 05 anos (Nota Explicativa nº 33).

12. Honorários da diretoria e Conselho de Administração

A remuneração paga aos administradores estatutários e ao Conselho de Administração da Companhia, em 30 de junho de 2026 e 2025, totalizou:

	30/06/2026	30/06/2025
Salários	2.890	2.442
Encargos	282	1.634
Previdência complementar	48	41
Benefícios	48	43
Total	3.268	4.160

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos estão apresentados a seguir:

	31/12/2025	Resultado	30/06/2026
Ativo fiscal diferido			
Direito de uso	19.110	2.260	21.370
Participação nos lucros e resultados - PLR	-	3.025	3.025
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	23.251	13.743	36.994
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	1.485	(1.485)	-
Total	43.846	17.543	61.389
Passivo fiscal diferido			
Arrendamento mercantil operacional	(19.654)	(1.955)	(21.609)
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(40.204)	(20.089)	(60.293)
Participação nos lucros e resultados - PLR	5.002	(5.002)	-
Provisão para contingências	2.020	604	2.624
Total	(52.836)	(26.442)	(79.278)
Total	(8.990)	(8.899)	(17.889)

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização desses créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização das diferenças temporárias, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	30/06/2026	31/12/2025
2026	1.182	4.056
2027	790	4.934
2028 em diante	15.917	-
Total	17.889	8.990

14. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo	8.577	4.818	1.098	1.217	15.710
Depreciação acumulada	(4.393)	(1.316)	(697)	(708)	(7.114)
31 de dezembro de 2025	4.184	3.502	401	509	8.596
Adições	187	206	-	(6)	387
Depreciação	(616)	(214)	(26)	(93)	(949)
Saldo contábil	3.755	3.494	375	410	8.034
Custo	8.764	5.024	1.098	965	15.851
Depreciação acumulada	(5.009)	(1.530)	(723)	(555)	(7.817)
30 de junho de 2026	3.755	3.494	375	410	8.034
Taxas anuais de depreciação (%)	20	10	5 a 10	20	
Vida útil	5	10	10	5	

A depreciação do imobilizado está alocada na demonstração do resultado dos períodos (Notas Explicativas nº 26 e 27).

15. Intangível

O ativo intangível da Companhia é substancialmente composto por investimentos realizados no âmbito do contrato de concessão rodoviária, relacionados à recuperação, operação e melhoramentos da infraestrutura concedida, os quais serão reversíveis ao poder concedente ao término da concessão.

Tais ativos são reconhecidos em conformidade com a ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. O ativo intangível representativo do direito de exploração da infraestrutura da concessão é amortizado com base na curva estimada de tráfego ao longo do prazo da concessão, de forma a refletir o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros. Os demais ativos classificados no grupo do intangível, tais como softwares e ativos operacionais, são amortizados pelo método linear, de acordo com suas respectivas vidas úteis ou taxas de amortização definidas pela Companhia.

As rubricas de recuperação, operação e melhoramentos representam, respectivamente, investimentos destinados à restauração, manutenção operacional e ampliação da infraestrutura concedida.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Software	Direito de uso de arrendamento	Total
Custo	2.047.277	320.714	1.893.263	10.132	105.936	4.377.322
Amortização	(295.419)	(44.305)	(217.631)	(4.835)	(71.294)	(633.484)
31 de dezembro de 2025	1.751.858	276.409	1.675.632	5.297	34.642	3.743.838
Adições	112.088	89.357	112.382	651	24.663	339.141
Amortização	(30.927)	(8.454)	(30.993)	(816)	(11.955)	(83.145)
Baixas	-	(184)	-	-	-	(184)
Transferência	28.234	-	1.002.465	-	-	1.030.699
Saldo contábil	1.861.253	357.128	2.759.486	5.132	47.350	5.030.349
Custo	2.187.601	408.503	3.008.109	10.782	130.599	5.745.594
Amortização	(326.348)	(51.375)	(248.623)	(5.650)	(83.249)	(715.245)
30 de junho de 2026	1.861.253	357.128	2.759.486	5.132	47.350	5.030.349
Taxas anuais de amortização (%)				20		

16. Ativo de contrato

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Obras em andamento	Softwares	Adiantamentos a fornecedores	Total
31 de dezembro de 2025	50.071	-	1.637.763	490	-	-	1.688.324
Adições (i)	15.207	-	489.982	-	-	-	505.189
Transferência (ii)	(28.234)	-	(1.002.465)	-	-	-	(1.030.699)
30 de junho de 2026	37.044	-	1.125.280	490	-	-	1.162.814

(i) A movimentação do ativo de contrato no período reflete, principalmente, os investimentos realizados nas obras de adequação dos parâmetros técnicos e operacionais previstos no contrato de concessão da Rodovia BR-163/MT, incluindo serviços de manutenção do sistema rodoviário e obras de duplicação.

(ii) Parte do saldo foi transferida para o ativo intangível em decorrência da conclusão de determinados trechos das obras e de sua liberação para utilização pelos usuários, passando os respectivos ativos a compor a infraestrutura em operação.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O IFRS 15 (CPC 47) estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

17. Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais	34.460	9.804
Prestadores de serviços	153.540	148.720
Total	188.000	158.524
Passivo circulante	180.422	143.549
Passivo não circulante	7.578	14.975

O aumento significativo nas obrigações junto a prestadores de serviços decorre, principalmente da continuidade e intensificação das obras de duplicação, recuperação e manutenção da rodovia para atendimento do cronograma de obras pactuado com a ANTT.

Tais obrigações referem-se, majoritariamente, a fornecedores de serviços de engenharia, obras civis, pavimentação, sinalização, terraplenagem e demais serviços técnicos especializados.

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros	30/06/2026	31/12/2025
1ª Emissão - Série Única (b)	R\$	TR + 0,00% a.a.	1.039.235	1.029.236
2ª Emissão - 1ª Série (c)	R\$	IPCA + 7,7178% a.a.	652.237	629.731
2ª Emissão - 2ª Série (c)	R\$	IPCA + 7,1750% a.a.	1.237.468	1.194.767
2ª Emissão - 3ª Série (c)	R\$	IPCA + 7,1750% a.a.	328.632	317.293
Empréstimos e financiamentos (c)	R\$	IPCA + 6,43% a.a. + 2,01% a.a.	174.022	168.402
Custos de captação a amortizar (d)	R\$	-	(76.464)	(76.962)
Total			3.355.130	3.262.467
Passivo circulante			7.464	6.770
Passivo não circulante			3.347.666	3.255.697

a) Movimentação

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	3.262.467	1.556.432
Captação de debêntures - 2ª emissão	-	1.502.999
Captação de empréstimos e financiamentos	-	161.367
Juros provisionados	94.062	85.395
Juros pagos	(83.794)	(59.714)
Variações monetárias	81.897	32.022
Despesas financeiras	-	5.633
Custos de captação a amortizar	-	(22.335)
Amortização custos de transação	498	668
Saldo final	3.355.130	3.262.467

b) 1ª Emissão de Debêntures

Em 02 de maio de 2023 a MTPAR FIDC NP assumiu como único credor da Nova Rota, quitando as obrigações da Companhia junto aos credores mediante Cessão dos Créditos e Direitos dos credores.

Ao longo dos exercícios de 2023 e 2024 a Nova Rota negociou as condições do instrumento de estruturação da dívida do MTPAR FIDC NP, celebrando em 18 de novembro de 2024 a Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, cujo único debenturista é o MTPAR FIDC NP.

A Escritura da 1ª Emissão estabelece condições específicas aos seus debenturistas, dada a sua natureza subordinada aos instrumentos do Financiamento de Longo Prazo da Companhia. Dentre elas, destacam-se: **(i)** cessão e alienação das debêntures somente mediante anuência do BNDES; **(ii)** possibilidade de conversão das debêntures em ações da Companhia; **(iii)** a não previsão de hipóteses de vencimento antecipado; **(iv)** não há cronograma de pagamentos das debêntures, mas sim mecânicas de amortizações e resgates antecipados mediante cumprimento das condições de completion dos instrumentos de longo prazo.

A remuneração das debêntures da 1ª Emissão se dá pela variação das taxas médias diárias da Taxa Referencial acrescidos de *spread* de 0,00% a.a. (zero por cento), sem cronograma de amortizações e pagamentos de juros, tendo seu vencimento no dia 31 de janeiro de 2044.

Esta emissão não conta com garantias de quaisquer naturezas pela Companhia.

c) Estrutura de Capital – Longo Prazo

Em 22 de novembro de 2024 a Companhia celebrou os Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo, quais sejam, **(i)** a Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real (“2ª Emissão de Debêntures”, individualmente um “Instrumento do Financiamento de Longo Prazo”); **(ii)** celebrado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) o Contrato de Financiamento nº 24.2.0321.1 (“FINEM BNDES”, individualmente um “Instrumento do Financiamento de Longo Prazo” e, em conjunto com a 2ª Emissão de Debêntures, os “Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo”); e **(iii)** contratos de garantias reais e contrato de suporte do acionista.

No total dos dois Instrumentos de Financiamento de Longo prazo, a Companhia aprovou o montante de crédito de R\$ 5.350.000.000,00 (cinco bilhões, trezentos e cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 4.875.000.000,00 (quatro bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões de reais) pela 2ª Emissão de Debêntures e R\$ 475.000.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões de reais) pelo FINEM BNDES.

A 2ª Emissão de Debêntures da Nova Rota foi enquadrada pelo Ministério dos Transportes como projeto prioritário de infraestrutura no dia 24 de setembro de 2024, portanto contam com o incentivo fiscal previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”), no Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, conforme alterada (“Decreto 11.964”), na Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 5.034, de 21 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CMN 5.034”), da Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada (“Resolução CMN 4.751”), ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem.

A totalidade dos recursos captados na 2ª Emissão de Debêntures será aplicada em (a) reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos investimentos na Concessão realizados a partir de 08 de maio de 2023 até 15 de novembro de 2024 (data de emissão das debêntures da 2ª Emissão); e (b) investimentos futuros relativos à exploração da Concessão até a data de conclusão das obras de ampliação de capacidade e melhorias.

A 2ª Emissão de Debêntures da Nova Rota está organizada em 09 (nove) séries, sendo que foram objeto de oferta pública sob regime misto de garantia firme para as debêntures da 1ª (primeira) Série e de melhores esforços para as demais séries.

A 2ª Emissão não possui fiança ou garantia até o completion dos investimentos de recuperação e ampliação de capacidade e melhorias na BR-163/MT.

O início da oferta pública das debêntures ocorreu em 16 de dezembro de 2024, sendo devidamente informado ao mercado, e encerrado em 17 de dezembro com o procedimento de *bookbuilding* para determinação da remuneração da 1ª Série de debêntures da 2ª Emissão.

A remuneração da 1ª Série é de IPCA + 7,7178% a.a. (sete inteiros, sete mil cento e setenta e oito décimos de milésimos por cento), enquanto a remuneração da 2ª até a 9ª Série é de IPCA + 7,1750% a.a. (sete inteiros, mil setecentos e cinquenta décimos de milésimos por cento), a serem pagos em parcelas semestrais a partir de junho de 2025. Por fim, as debêntures da 2ª Emissão possuem cronograma de amortizações semestrais com início em junho de 2030.

Em 17 de dezembro de 2024 ocorreu a integralização da totalidade das debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, sendo 600.000 (seiscentas mil) debêntures ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) disponibilizados para a Nova Rota.

As demais séries da 2ª Emissão possuem condições de integralização que incluem, dentre outros eventos, aportes de capital pela Acionista atual, cumprimento de metas de avanço físico de obras, e comprovação do reequilíbrio de novos investimentos ao Contrato de Concessão.

A 2ª Emissão de Debêntures conta com Garantias Reais da Companhia, quais sejam, **(i)** a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Concessão; e **(ii)** a Alienação Fiduciária das Ações da Companhia. Ambas as garantias são compartilhadas entre o BNDES e os titulares das debêntures da 2ª Emissão.

A Companhia recebeu no dia 17 de março de 2025, pela Acionista, o aporte no valor de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) em atendimento às obrigações descritas no Contrato de Financiamento, na cláusula 12ª, inciso X, bem como na Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, subcláusula 7.1.2, alínea “i”, que foi integralizado no Capital Social em 18 de março de 2025.

Em outubro de 2025, após cumprimento das condições precedentes previstas, a liberação de recursos de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) referentes a liberação parcial do Subcrédito A e integral do Subcrédito B do Contrato de Financiamento com o BNDES (“FINEM BNDES”). Ainda em outubro, ocorreu a integralização parcial das 2ª série e integral da 3ª série, no montante de R\$ 1.080.000.000,00 (um bilhão e oitenta milhões de reais), referentes a 2ª Emissão de Debêntures da Nova Rota, totalizando, portanto, entrada de recursos através da estrutura de financiamento de longo prazo no valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais).

Em dezembro de 2025, ocorreram as liberações de recursos remanescentes do Subcrédito A do Contrato de Financiamento com o BNDES (“FINEM BNDES”) no valor de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais), e na sequência a integralização da segunda tranche da 2ª série da 2ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$ 422.999.310,28 (quatrocentos e vinte e dois milhões novecentos e noventa e nove mil trezentos e dez reais e vinte e oito centavos).

Nos termos do cronograma contratual, a Companhia realizou os seguintes pagamentos: **(i)** em junho de 2025, juros da 2ª emissão de debêntures; **(ii)** em dezembro de 2025, juros da 2ª emissão de debêntures e do financiamento com BNDES; **(iii)** em março de 2026, juros do financiamento com BNDES; **(iv)** em junho de 2026, juros da 2ª emissão de debêntures e do financiamento com BNDES.

d) Custos de captação a amortizar

O custo da captação do financiamento de longo prazo será amortizado ao longo da vigência dos contratos, utilizando-se, para tal, o método da taxa de juros efetiva, conforme as orientações do CPC 12.

A apropriação dos custos é feita mensalmente, para distribuir ao longo do tempo os gastos incorridos para a obtenção dos recursos, de modo a refletir de forma precisa os custos financeiros no resultado da Companhia.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Prazos de vencimento

O montante das operações das Debêntures de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	30/06/2026			31/12/2025		
	Saldo a amortizar	Custo de Transação	Saldo Líquido a Amortizar	Saldo a amortizar	Custo de Transação	Saldo Líquido a Amortizar
2026 (i)	26.727	(596)	26.132	51.364	(1.184)	50.180
2027	54.478	(1.214)	53.264	54.208	(1.249)	52.959
2028	58.149	(1.296)	56.854	59.351	(1.368)	57.983
2029	60.490	(1.348)	59.142	60.792	(1.401)	59.391
2030	82.232	(1.832)	80.400	83.784	(1.931)	81.853
2031	76.786	(1.711)	75.075	78.478	(1.809)	76.669
2032	70.575	(1.573)	69.002	67.770	(1.562)	66.208
2033	82.337	(1.835)	80.502	84.766	(1.954)	82.812
2034	85.336	(1.901)	83.435	83.643	(1.928)	81.715
2035	141.332	(3.149)	138.183	136.116	(3.137)	132.979
2036	158.592	(3.534)	155.058	151.508	(3.491)	148.017
2037 em diante	2.534.560	(56.475)	2.478.083	2.427.649	(55.948)	2.371.701
Saldo	3.431.594	(76.464)	3.355.130	3.339.429	(76.962)	3.262.467

(i) Refere-se ao período de 01 de junho de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

f) Garantias

Conforme mencionado nos itens anteriores, a Companhia celebrou contratos de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Concessão e Alienação Fiduciária de suas Ações para serem compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas da 2ª Emissão.

A Companhia não dispõe de garantia ou fiança até o *completion* dos investimentos de recuperação e ampliação de capacidade e melhorias na BR-163/MT.

A 1ª Emissão de Debêntures não possui garantia dada pela Companhia.

g) Principais compromissos assumidos (covenants)

Os instrumentos de financiamento de longo prazo celebrados pela Companhia possuem compromissos e obrigações assumidas que abrangem desde aspectos econômico-financeiros até aspectos de parâmetros operacionais dos serviços prestados no Contrato de Concessão.

Os compromissos e obrigações assumidos pela Companhia podem ser exigidos durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de financiamento de longo prazo, ou divididos em dois períodos de exigência: o primeiro é o período compreendido pela execução das obras financiadas de ampliação de capacidade e melhorias ("período pré-*completion* do projeto financiado" ou "período anterior à conclusão físico-financeira do projeto financiado"); e o segundo período, iniciado a partir da conclusão dos investimentos financiados de ampliação de capacidade e melhorias ("período pós-*completion* do projeto financiado" ou "período posterior à conclusão físico-financeira do projeto financiado").

Os *covenants* financeiros da Companhia são a relação Patrimônio Líquido/Ativo Total, Índice de Liquidez Mínima e ICSD (este último sendo aplicável após o *completion* do TAC) e são monitorados mensalmente por meio do modelo financeiro da Companhia, com reporte recorrente à alta liderança.

Os *covenants* não financeiros são acompanhados de forma contínua, considerando eventos que possam afetar obrigações contratuais, como questões socioambientais, licenciamentos e cronograma de investimentos. Havendo impactos relevantes, os credores são comunicados tempestivamente.

Em relação às obras de ampliação de capacidade e melhorias do TAC Plano de Ação, a Companhia assumiu, junto ao BNDES e os Debenturistas da 2ª Emissão, a obrigação de concluir as obras de recuperação e ampliação de capacidade e melhorias estabelecidas no TAC Plano de Ação até 31 de dezembro de 2030.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante toda a vigência dos instrumentos de financiamento de longo prazo, como forma de viabilizar aos Credores a garantia real de seus direitos creditórios, a Companhia deverá manter contas vinculadas e administradas por instituição financeira que recebem e distribuem os ingressos operacionais e não-operacionais da Companhia, reservando nelas recursos financeiros referente aos próximos vencimentos de obrigações de cada instrumentos.

Durante o período pré-completion do projeto financiado, a Companhia não deverá distribuir lucros ou pagar dividendos aos seus Acionistas, reduzir seu capital social, ou realizar amortizações extraordinárias da 1ª Emissão de Debêntures.

Durante o período pós-completion do projeto financiado, a Companhia deverá atender a covenants financeiros (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, caixa mínimo), parâmetros mínimos de qualidade do Sistema Rodoviário, solicitar anuência dos Credores para distribuição de dividendos acima de parâmetro mínimo, reduções de capital, ou amortizações extraordinárias da 1ª Emissão de Debêntures.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia cumpriu as cláusulas de “covenants” aplicáveis ao período.

19. Arrendamento mercantil operacional

Os passivos de arrendamentos referem-se a contratos de arrendamento de máquinas, equipamentos e edifícios, com prazo superior a 12 meses, considerados de valor substancial e de uso exclusivo pela Companhia. Tais contratos são reconhecidos inicialmente pelo valor presente das contraprestações futuras previstas contratualmente, descontadas pela taxa incremental de financiamento aplicável, a qual corresponde a 10,76% ao ano.

As despesas financeiras decorrentes da apropriação dos juros sobre os passivos de arrendamentos, referentes à reversão do ajuste a valor presente, são reconhecidas no “Resultado financeiro” da demonstração do resultado do período.

O aumento relevante no saldo do passivo de arrendamento decorre, principalmente, da celebração de novos contratos de arrendamentos, sobretudo relacionados à locação de máquinas, equipamentos e estruturas de apoio operacional, necessários à execução das obras de adequação de parâmetros, à intensificação dos serviços de manutenção do sistema rodoviário e à retomada das obras de duplicação na Rodovia BR-163/MT.

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	35.125	11.354
Adições	24.663	33.790
Apropriação de juros	2.573	1.339
Baixas	(13.635)	(11.358)
Saldo final	48.726	35.125
Passivo circulante	12.613	9.537
Passivo não circulante	36.113	25.588

20. Salários e encargos sociais

	30/06/2026	31/12/2025
Encargos sociais e trabalhistas	2.957	3.533
Participação nos lucros e resultados	8.897	14.711
Provisões de férias e encargos	11.675	7.891
Total	23.529	26.135

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Outros passivos

	30/06/2026	31/12/2025
Multas (i)	197	575
Seguros a pagar	2.179	1.396
Outras contas a pagar	14	3
Total	2.390	1.974
Passivo circulante	2.390	1.950
Passivo não circulante	-	24

(i) Multas ao Poder Concedente decorrente de autos de infração não abarcados no TAC Plano de Ação, parcelados em 60 meses fundamentado na Resolução ANTT 5.830 de 10 de outubro de 2018.

22. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	30/06/2026	31/12/2025
Reclamações cíveis	7.087	5.941
Reclamações trabalhistas	632	-
Outras contingências	3.524	3.524
Total	11.243	9.465

a) Movimentação

	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências regulatórias	Saldo total
Saldo inicial	5.941	-	3.524	9.465
Provisão	2.530	665	-	3.195
Reversão	(1.384)	(33)	-	(1.417)
Saldo final	7.087	632	3.524	11.243

A Companhia tem ações de natureza cível no montante de R\$ 29.345 e trabalhista no montante de R\$ 1.903, totalizando R\$ 31.248 envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos em 30 de junho de 2026 (31 de dezembro de 2025 - R\$ 24.463).

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresenta R\$ 3.507 (31 de dezembro de 2025 - R\$ 3.358) na rubrica de "Depósitos judiciais" referente a processos de ações trabalhistas e cíveis.

23. Provisão para conserva especial

A provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura é constituída considerando os gastos com a recomposição de parâmetros da Rodovia, previstos no contrato de concessão para o período de sete anos, descontados ao valor presente a uma taxa média de 10,60% a.a., com base na projeção de mercado do IPCA e CDI. O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação.

O aumento da provisão para conservação especial em 30 de junho de 2026, quando comparado ao exercício anterior, decorre principalmente da atualização do planejamento dos ciclos de manutenção da Rodovia, vinculados ao cronograma de duplicação previsto no contrato de concessão, bem como da revisão das estimativas de custos futuros necessários para recomposição dos parâmetros contratuais da infraestrutura.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2026, os saldos de provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura estão apresentados a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão de conserva especial	117.923	72.491
Total	117.923	72.491

a) Movimentação

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	72.491	17.072
Provisão de conserva especial	66.235	103.790
Constituição de provisão ajuste a valor presente	(20.803)	(39.789)
Baixa de provisão de conserva especial	-	(8.582)
Saldo final	117.923	72.491

24. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.731.811, dividido em 2.731.810.533 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	Capital social	
		30/06/2026	31/12/2025
MT Participações e Projetos S.A.	2.731.810.533	2.731.811	2.381.811
Total	2.731.810.533	2.731.811	2.381.811

b) Destinação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

(i) Reserva de Incentivos Fiscais

Conforme a Lei Complementar nº 124, de 27 de junho de 2007, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 31 de dezembro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2027, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), constante do Processo Administrativo Fiscal nº 59004.002543/2018-10.

O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão com a ANTT (Contrato nº 003/2013), do setor de infraestrutura - transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.212/2002, com início do prazo de vigência em 27 de dezembro de 2013 e término em 27 de dezembro de 2043.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, em 30 de junho de 2026, a Companhia apresenta o montante de R\$ 194.498 (R\$ 194.498 em 31 de dezembro de 2025) referente à Reserva de Incentivos Fiscais.

(ii) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresenta o montante de R\$ 42.936 (R\$ 42.936 em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Reserva de investimento

A reserva de investimento, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresenta o montante de R\$ 527.609 (R\$ 527.609 em 31 de dezembro de 2025).

(iv) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente dividendos mínimos de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Contudo, conforme estipulado contratualmente, até a emissão do *Completion*, a Companhia está impedida de realizar qualquer distribuição de recursos aos acionistas, incluindo dividendos, juros sobre o capital próprio, antecipações, resgates, recompras ou bonificações de ações. Em 30 de junho de 2026 a Companhia apresenta o montante de R\$ 158.000 (R\$ 158.000 em 31 de dezembro de 2025).

25. Receita líquida

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2026	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2026	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2025	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2025
Receitas acessórias	1.947	3.811	1.704	3.463
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (i)	196.220	378.825	170.692	308.240
Meios eletrônicos de arrecadação (ii)	16.056	32.122	-	-
Receitas de vale pedágio (ii)	-	-	12.637	25.418
Receitas em numerário	7.597	15.776	9.612	19.371
Receita operacional	221.820	430.534	194.645	356.492
Receita de construção ICPC 01-R1 (iii)	460.711	819.016	343.693	629.781
Receita bruta	682.531	1.249.550	538.338	986.273
Tributos sobre serviços de operação	(18.327)	(35.558)	(15.998)	(29.294)
Outras deduções	(10)	(13)	(20)	(42)
Receita líquida	664.194	1.213.979	522.320	956.937

(i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento "Automatic Vehicle Identification" (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas.

(ii) Em atendimento às disposições da Resolução ANTT nº 6.024/2023 e ao Ofício Circular nº 5230/2024/GERET/SUROC/DIR-ANTT, a Companhia descontinuou, a comercialização do modelo de Vale-Pedágio Obrigatório, anteriormente adotado em conformidade com as novas diretrizes regulatórias estabelecidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A Administração concluiu que a descontinuidade dessa atividade não gerou impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

(iii) Em 30 de junho de 2026 e 2025, a Companhia reconheceu, R\$ 819.016 e R\$ 629.781, respectivamente, como receita de construção ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura. O aumento da receita de construção é referente a continuidade das obras de duplicação e recuperação da rodovia para atendimento do cronograma de obras junto a ANTT.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Custo dos serviços

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2026	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2026	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2025	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2025
Depreciação e amortização	(41.692)	(77.899)	(37.171)	(71.270)
Despesas com veículos	(3.930)	(8.076)	(3.368)	(6.767)
Despesas com viagens	(149)	(242)	(160)	(233)
Gastos gerais	(4.113)	(8.005)	(4.350)	(8.401)
Materiais e equipamentos	(1.120)	(2.263)	(1.330)	(2.654)
Provisão para conserva especial (Nota Explicativa nº 23)	(20.779)	(40.420)	(13.689)	(26.071)
Salários e encargos	(15.627)	(30.699)	(15.037)	(29.292)
Seguros	(1.867)	(3.927)	(2.266)	(4.239)
Serviços de terceiros	(22.124)	(42.372)	(14.495)	(34.830)
Total	(111.401)	(213.903)	(91.866)	(183.757)
Custo de construção ICPC 01-R1 (i)	(460.711)	(819.016)	(343.693)	(629.781)
Total	(572.112)	(1.032.919)	(435.559)	(813.538)

(i) Em 30 de junho de 2026 e 2025, a Companhia reconheceu, R\$ 819.016 e R\$ 629.781, respectivamente, como custo de construção ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. O valor justo da contraprestação foi mensurado com base no custo total incorrido com as obras de infraestrutura. O aumento do custo de construção decorre da continuidade das obras de duplicação e recuperação da rodovia para atendimento do cronograma de obras junto a ANTT.

27. Despesas gerais e administrativas

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2026	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2026	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2025	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2025
Depreciação e amortização	(454)	(885)	(363)	(731)
Despesas com viagens	(510)	(706)	(269)	(580)
Gastos gerais	(4.062)	(7.644)	(3.291)	(6.576)
Materiais e equipamentos	(857)	(2.372)	(2.122)	(3.231)
Provisão para contingências	(1.352)	(1.778)	740	1.284
Salários e encargos	(7.668)	(17.248)	(8.434)	(16.144)
Serviços de terceiros	(2.332)	(3.732)	(1.859)	(3.092)
Taxas de meios de pagamentos	(352)	(681)	(234)	(472)
Total	(17.587)	(35.046)	(15.832)	(29.542)

28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2026	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2026	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2025	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2025
Custo na venda de imobilizado e intangível	(3)	(9)	(564)	(564)
Outras receitas	(104)	994	648	900
Receita na venda de imobilizado	-	183	1.000	1.000
Venda de sucata	464	846	1.282	1.397
Total	357	2.014	2.366	2.733

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Resultado financeiro, líquido

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2026	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2026	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2025	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2025
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	35.396	78.394	42.971	55.579
Descontos obtidos	3.343	7.464	2.060	3.344
Outras	282	4.414	268	477
Total	39.021	90.272	45.299	59.400
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	(2.632)	(5.012)	(747)	(1.130)
Arrendamento mercantil operacional	(1.320)	(2.469)	(275)	(527)
Custos de transação	(435)	(858)	(250)	(870)
Juros sobre atraso	(204)	(403)	(218)	(441)
Juros sobre empréstimos (Nota Explicativa nº 18)	(58.040)	(110.237)	(22.625)	(42.028)
Outras	(1.880)	(4.293)	(2.151)	(2.839)
Total	(64.511)	(123.272)	(26.266)	(47.835)
Resultado financeiro, líquido	(25.490)	(33.000)	19.033	11.565

30. Imposto de renda e contribuição social correntes**Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	30/06/2026		30/06/2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	115.028	115.028	128.155	128.155
Adições temporárias	78.281	78.281	52.395	52.395
Adições permanentes	310	310	266	266
Exclusões	(101.574)	(99.898)	(47.148)	(47.148)
Base de cálculo	92.045	93.721	133.668	133.668
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	23.004	8.436	33.408	12.031
Programa alimentação trabalhador (PAT)	-	-	(715)	-
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição	23.004	8.436	32.693	12.031
Incentivos fiscais (SUDAM)	(19.438)	-	(21.214)	-
Imposto de renda e contribuição social devida	3.566	8.436	11.479	12.031
Total Imposto de Renda e Contribuição social		12.002		23.510

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Lucro básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período findo em 30 de junho de 2026 e 2025:

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2026	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2026	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2025	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2025
Lucro do período	39.120	94.127	75.750	106.045
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	2.308.934	2.381.811	1.977.318	1.977.318
Lucro básico por lote de mil ações	16,94	39,52	38,31	53,63

32. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir, demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Fornecedores	13.635	5.517
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	13.635	5.517
Arrendamento Operacional	(13.635)	(5.517)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(13.635)	(5.517)

33. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades e para atender as obrigações do contrato de concessão, com condições estabelecidas pela ANTT.

O contrato de concessão exige manter em vigor, no mínimo, os seguintes seguros: **(i)** seguro de danos materiais; **(ii)** seguro de responsabilidade civil; e **(iii)** seguro garantia do poder concedente.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresenta as seguintes coberturas de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Garantia de concessões públicas	532.436	abr/23 a mai/28
Risco operacional	350.100	dez/25 a dez/27
Responsabilidade civil	80.000	dez/24 a dez/26
Responsabilidade civil - Pontes	15.000	jul/25 a set/26
Risco de administradores e diretores	40.000	out/25 a abr/27
Risco de engenharia - Pontes	60.427	jul/25 a mar/27
Seguro de veículos	110% tabela FIPE	set/25 a set/26

34. Impactos da reforma tributária

Reforma tributária sobre o consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, instituiu ampla reforma no sistema de tributação sobre o consumo no Brasil (“Reforma Tributária”), promovendo a substituição dos tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços — PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI — por um novo modelo baseado no conceito de Imposto sobre Valor Agregado (IVA Dual), composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, além da criação do Imposto Seletivo (IS).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamentou a implementação e operacionalização dos novos tributos, estabelecendo regras relativas aos fatos geradores, bases de cálculo, regimes tributários, governança e mecanismos de apuração, arrecadação e fiscalização, incluindo a criação do Comitê Gestor do IBS.

Nos termos da legislação vigente, os principais aspectos do novo modelo tributário são resumidos a seguir:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): tributo federal que substituirá o PIS e a Cofins, com vigência a partir de 2027, sendo previsto período de testes durante o exercício de 2026, no qual haverá apenas destaque informativo nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): tributo estadual e municipal que substituirá o ICMS e o ISS, com implantação gradual a partir de 2027 e implementação plena prevista para 2033;
- Imposto Seletivo (IS): tributo federal incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, com vigência a partir de 2027; e
- Manutenção restrita do IPI: o IPI permanecerá de forma transitória e restrita, aplicável principalmente às operações envolvendo a Zona Franca de Manaus, com extinção total prevista para 2033.

A legislação instituiu ainda regimes diferenciados e específicos, prevendo redução de alíquotas para determinados setores, mecanismos de devolução parcial de tributos (“cashback”) para famílias de baixa renda e período de transição para adaptação dos entes federativos e das empresas.

Reforma dos incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, estabeleceu novas diretrizes para a concessão, revisão, redução e controle de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos pela União Federal, aplicáveis, entre outros, ao IRPJ, CSLL, PIS, Cofins, IPI, Imposto de Importação e Contribuição Previdenciária Patronal, estabelecendo, entre outros aspectos:

- critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos fiscais;
- redução linear de 10% dos benefícios fiscais existentes, ressalvadas as exceções expressamente previstas na própria Lei Complementar;
- alterações específicas na tributação de determinados setores e operações, incluindo fintechs, juros sobre capital próprio e apostas de quota fixa (“bets”); e
- regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos incidentes sobre operações de apostas.

Avaliação dos impactos para a Companhia

A reforma tributária tem como objetivos principais a simplificação do sistema tributário, o aumento da transparência, a melhoria da eficiência econômica e o estímulo ao crescimento econômico de longo prazo, por meio da unificação de tributos, da ampliação da base tributável e da introdução de mecanismos como o “cashback” tributário para famílias de baixa renda.

A Nova Rota acompanha continuamente a evolução da regulamentação aplicável à reforma tributária, cuja fase de transição teve início em 2026, com efeitos progressivos ao longo dos exercícios subsequentes. Nesse contexto, a implementação do novo modelo poderá impactar a carga tributária incidente sobre as operações e receitas da Companhia.

Atualmente, a Companhia é tributada pelo regime do Lucro Real, estando sujeita, em regra, ao regime não cumulativo de PIS e Cofins, com alíquotas combinadas de 9,25%, além da incidência do ISS, cuja alíquota média é de aproximadamente 5% sobre as receitas de prestação de serviços.

Até a data de elaboração destas demonstrações contábeis, a Administração não concluiu a mensuração quantitativa dos impactos econômicos e financeiros decorrentes da implementação da reforma tributária, em função das incertezas ainda existentes, especialmente no que se refere:

- à definição final das alíquotas da CBS e do IBS;
- às regras operacionais de creditamento;
- à regulamentação complementar nos âmbitos federal, estadual e municipal; e
- à aplicação de regimes específicos ao setor de concessões rodoviárias.

A Administração segue monitorando a evolução normativa e regulatória e avaliará, de forma contínua e tempestiva, os potenciais impactos sobre sua posição patrimonial e financeira, desempenho operacional e fluxos de caixa.

Adequações operacionais

Em atendimento às exigências das novas obrigações acessórias previstas para o período de transição da reforma tributária, a Companhia promoveu, ao longo do primeiro trimestre de 2026, adequações em seus sistemas e processos fiscais. Dentre as principais iniciativas, destacam-se a adaptação dos layouts de documentos fiscais eletrônicos e a implementação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica específica para cobrança de pedágio (NFS-e Vias), aplicável às concessionárias de rodovias.

Essas medidas visam assegurar a conformidade com as exigências regulatórias vigentes e preparar a Companhia para a plena operacionalização do novo modelo tributário.

35. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das presentes informações financeiras intermediárias, em 30 de junho de 2026, e a data de autorização para sua emissão, concluindo que não ocorreram fatos ou eventos que demandassem ajustes ou divulgações adicionais nestas informações financeiras intermediárias.

* * *